## 2. Um Panorama de Contrastes

No final do século XIX e início do século XX o Ocidente vive uma sensação de conquista do tempo e do espaço. A locomoção é mais ágil com os carros, as locomotivas, os transatlânticos que encurtam as distâncias. Santos Dummont realiza o sonho de voar. As transformações imprimem, fundamentalmente na população dos centros urbanos, a sensação vertiginosa que Nicolau Sevcenko tão bem caracterizou com a imagem da montanha-russa, já que a aceleração das mudanças vividas, o inesperado que surpreendia a cada passo, a sensação de domínio de um horizonte cada vez mais amplo que as conquistas científicas traziam e a vertigem das crises de toda ordem então vividas faziam pensar nas emoções do mais eletrizante dos brinquedos de um parque de diversões.<sup>1</sup>

A passagem do século é também marcada pelo progresso tecnológico. Neste período o corpo humano é esquadrinhado pela nova ciência médica, a estrutura da rede neuronal é descoberta por Golgi e Ramón y Cajal², os grupos sangüíneos são identificados, a medicina avança vencendo doenças com a descoberta da penicilina, da vacina. A luz elétrica é inventada, e também o rádio, o gramofone, o telégrafo. A *Belle Époque* imprime uma visão solar, otimista de crença no progresso, na libertação do homem frente ao reino da natureza, ao domínio da necessidade. As cidades se embelezam, os países hegemônicos realizam as Exposições Internacionais³, onde mostram o melhor de sua capacidade criativa, as conquistas de sua indústria e de sua arte. As Exposições são centros de peregrinação à mercadoria fetiche⁴. Há uma fé no progresso que se transforma numa espécie de nova religião⁵. O progresso, na perspectiva de muitos, libertaria e levaria ao fim de todos os males. É a idéia de um aperfeiçoamento cumulativo, e

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Nicolau SEVCENKO. *A corrida para o século XXI. No loop da montanha-russa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Margarida de SOUZA NEVES. *Ciência e preconceito: uma história social da epilepsia no pensamento médico brasileiro. 1895-1906.* Rio de Janeiro: PUC-Rio / CNPq, 2003. (Projeto de Pesquisa, mimeo) p. 10.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> Cf. SOUZA NEVES. As vitrines do progresso. O Brasil nas Exposições Internacionais. Rio de Janeiro: PUC-Rio/CNPq, 1986.

<sup>4</sup> Walter BENJAMIN. *Paris, Capitale du XIXème Siècle*. IN: Gesamnelte Schiften. Frankfurt, Suhrkamp Verlag, 1982. APUD. SOUZA NEVES. Op. Cit, 1986.p.22.

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Cf. SOUZA NEVES. Op. Cit, 1986.

expressa a concepção de um tempo histórico linear que tem como ponto de partida a barbárie e como thelos a civilização, o progresso, as luzes. Nesta perspectiva a diferença é vista como desigualdade, como ausência, uma falta, um atraso na marcha linear e contínua em direção à civilização, e que, portanto, pode ser saldada se os povos tidos como atrasados forem capazes de acelerar seu processo histórico, ignorando assim diferenças estruturais entre nações que demarcam lugares igualmente diferentes – e não apenas desiguais – das nações no cenário internacional, o lugar central dos países tidos como progressistas dependendo da permanência daqueles tidos como atrasados na condição de periféricos e dependentes.

Por outro lado, este mesmo período pode suscitar uma interpretação lunar, soturna. As cidades podem ser vistas como lugares de degradação moral, de quebra da hierarquia social e da ordem, de mistura caótica, de padronização de comportamentos e de adoção de um tipo de vestuário que leva à indiferenciação. As reformas urbanas que embelezam as cidades também objetivam o estabelecimento de uma certa higiene social, uma separação dos grupos sociais no espaço. No Rio de Janeiro a administração pública cria as vilas operárias, bota abaixo os cortiços, proíbe os pregões do comércio ambulante. Há uma urgência em apagar o passado colonial, sinônimo de atraso<sup>6</sup>, e o desejo manifesto de transfigurar-se tal e qual as capitais européias, símbolos das luzes da civilização. É preciso apressar a marcha para figurar entre os países desenvolvidos.

É neste momento em que o espaço urbano da Capital Federal se consagra como espaço da experiência social que pretende representar o país como um todo; é neste momento marcado ainda, por profundas modificações, inclusive políticas, com a abolição da escravidão e a proclamação da República, que se expressa com mais clareza o confronto entre dois mundos díspares que não podem se compreender: o mundo do litoral e o mundo do sertão.

A República ainda instável se enfrentará com uma comunidade de sertanejos que, longe de qualquer atenção por parte do poder público, independentemente do regime vigente, fundou seu próprio *modus vivendi*. Não

<sup>&</sup>lt;sup>6</sup> Cf. SOUZA NEVES. Uma capital em trompe l'oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República-Velha. IN. Ana Maria MAGALDI; Claudia ALVES e José G. GONDRA (Orgs). Educação no Brasil. História, cultura e política. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.p p. 253 a 286.

apenas a geografia os distanciava, mas as visões de mundo ou, nas palavras de Euclides da Cunha, tornava-se

(...) mais fundo o contraste entre o nosso modo de viver e daqueles rudes patrícios mais estrangeiros nesta terra do que imigrantes da Europa. Porque não no-los separa um mar, separam-no-los três séculos.<sup>7</sup>

Canudos expressa esse enfrentamento. Alguns soldados que participaram da campanha contra a Aldeia Sagrada do Conselheiro chegavam a referir-se ao sertão como se não estivessem no Brasil, conforme assinala Pernambuco de Mello:

(...) Dantas Barreto, combatente ativo em Canudos, registra a estupefação que sentiu ao ouvir, numa conversa entre seus soldados, um deles dizer que pensava em fazer isso ou aquilo, quando voltar ao Brasil<sup>8</sup>.

Canudos é o ponto de chegada de vinte anos de peregrinação de Antônio Conselheiro pelo sertão. Antônio Vicente Mendes Maciel nasceu em Quixeramobim, no Ceará, em 1830. O pai queria que fosse padre, e matriculou-o num curso para aprender português, francês e latim. Acabou não indo para o seminário, não se sabe o motivo, e começou a trabalhar. Conforme os registros e as tradições, teria sido comerciante, rábula, escrivão de paz, caixeiro, professor, entre outras ocupações. Casou-se com Brasilina Laurentina de Lima em 1857 e deste casamento nasceram dois filhos. Teria começado a pregar depois se uma desilusão com a esposa. Seu passado está marcado por boatos nas mais variadas versões. Segundo a mais corrente, teria matado a própria mãe, quando esta, vestida de homem, batia na janela da nora para provar ao filho a infidelidade da mesma. O que não é verdade, pois sabe-se que ficou órfão de mãe aos 6 anos e foi criado pela madrasta. Teve ainda, uma segunda mulher Joana Batista de Lima, conhecida como Joana Imaginária, por seu oficio de fazer imagens, com quem teve um filho, Joaquim Afrígio, que o visitou uma única vez em Canudos.

Em 1874 O Jornal *O Rabudo*, de Sergipe, publica a primeira notícia sobre um pregador de nome Antônio dos Mares<sup>9</sup>. Logo depois, passou a ser conhecido como Conselheiro, alcunha que lhe foi atribuída pelo povo e com a qual entrou

<sup>&</sup>lt;sup>7</sup> Euclides da CUNHA. *Os Sertões*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003. p. 270.

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup> Frederico PERNAMBUCO DE MELLO. Que foi a guerra total de Canudos. Recife: Stahli, 1997. p.70.

<sup>&</sup>lt;sup>9</sup> Cf. Marco Antônio VILLA. Canudos. O povo da terra. São Paulo: Ática, 1997.

para a história, mas antes foi chamado também de irmão Antônio, Santo Antônio Aparecido, Bom Jesus e Santo Conselheiro. Nas suas peregrinações pelas freguesias do sertão entrou diversas vezes em conflito com os párocos locais e com autoridades civis e eclesiásticas, até que em 1876 foi preso na localidade de Itapicuru (BA). Enviado para o Ceará acabou sendo posto em liberdade, pois nada foi encontrado que justificasse a prisão.

Voltou para o sertão baiano, no entanto os problemas continuaram. Um ano depois, em 1887, o Arcebispo da Bahia pede ao Presidente da Província que Conselheiro seja internado no Hospício D. Pedro II, do Rio de Janeiro. O pedido foi negado sob a alegação de falta de lugar na instituição. Documentos como solicitações de averiguação policial e cartas pastorais alertando os padres locais a respeito das pregações de Conselheiro, entre outros, mostram que o beato e seus seguidores incomodavam as autoridades locais.

Nas suas andanças, Conselheiro esteve em localidades como Itapicuru, Chorrochó, Curralinho, Natuba, Masseté, Uauá, Jeremoabo, Bom Jesus, fundada por ele em meados de 1880, entre tantos outros lugarejos do sertão da Bahia. Por onde passou, mobilizou a população para construir açudes, cemitérios e capelas. Na antiga Bom Jesus, atual Crisópolis, ainda hoje, na praça central está a igreja erguida pelo Beato e seus seguidores. Luitgarde O. Cavalcanti Barros, no seu artigo *Crença e parentesco na guerra de Canudos*, usa uma bonita imagem para referir-se ao beato, quando o chama de *viageiro, construtor de esperanças*. <sup>10</sup>

Conselheiro fundou a aldeia sagrada de Canudos em 1893. O local da fundação, uma fazenda abandonada, ficava às margens do rio Vaza-Barris e era uma confluência de estradas, o que facilitava o abastecimento. O nome Canudos se referia a uma planta da região, que tem a haste oca como um Canudo, e ao hábito de antigos habitantes da região de utilizar a planta para fazer canudos de pitos para fumar. O Beato e seus seguidores começaram a chamar o local de Belo Monte.

Luitgarde O. Cavalcanti BARROS. Crença e parentesco na guerra de Canudos<sup>10</sup> in: E. Diatahy B. de Menezes e João Arruda (org). Canudos as falas e os olhares. Fortaleza: UFC, 1995 p 74.

Em apenas três anos de existência a aldeia atraiu muitos moradores. Os números não podem ser precisados, de modo geral as estimativas variam de 10 mil a 35 mil habitantes. Aceitando-se uma projeção de 25 mil, 30 mil habitantes, Canudos teria sido então, a segunda concentração populacional da Bahia, apenas superada pela cidade de Salvador. Há muita discussão a este respeito, o exército ao final da guerra contou 5.200 casas, Euclides da Cunha e Manoel Benício, correspondentes de guerra, contaram 2.000 mil casas. Benício é enfático:

> (...) Não me convenceram nunca que Canudos tem quatro mil casas e que estamos brigando com três mil jagunços. As casas não passam de duas mil e aposto todo o ordenado que o jornal quiser pagar, se o número delas subir além disso. 11

Independente da precisão numérica, Canudos crescia abrigando sertanejos, mestiços, índios e negros expulsos de seus locais de origem, seja pelo latifúndio, seja pela seca, ou pela falta de perspectiva. O professor e pesquisador José Calazans Neto chega a referir-se a Canudos como um derradeiro quilombo<sup>12</sup>, utilizando assim um anacronismo expressivo do significado da aldeia. Marco Antônio Villa contesta a comparação e afirma que a população negra representava apenas 19% dos prisioneiros, ao final da guerra. Mas é possível que Calazans se referisse não à cor dos canudenses, mas ao fato de Canudos representar um espaço que escapava à ordenação da sociedade expressa no domínio da ordem republicana sobre todo o território brasileiro, de forma análoga àquilo que representavam os quilombos na ordem monárquica e escravista.

O fato é que famílias inteiras abandonavam seu trabalho nas fazendas para juntar-se ao Conselheiro, alguns vendiam os poucos pertences que possuíam e rumavam para a aldeia. A vida em Canudos aparece no relato dos sobreviventes, sempre marcada pela abundância. Manoel Ciríaco, um dos sobreviventes da guerra, em depoimento dado 50 anos depois da destruição da Aldeia Santa, ilustra bem esta tônica:

> No tempo do Conselheiro, não gosto nem de falar para não passar por mentiroso, havia de tudo, por esses arredores. Dava tudo e até cana de açúcar de se descascar com a unha, nascia bonitona por estes lados. Legumes em abundância e chuvas à vontade. (...) este tempo parece mentira<sup>13</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>11</sup> VILLA. Op Cit p.219.

<sup>&</sup>lt;sup>12</sup> PERNAMBUCO DE MELLO. Op.Cit. p.84.

<sup>&</sup>lt;sup>13</sup> Odorico TAVARES. Canudos 50 anos depois. Salvador: Conselho Estadual de Cultura; Academia de Letras da Bahia; Fundação Cultural do Estado da Bahia, 1993. p 48.

Seu João de Régis, neto de Zefa da Guerra, uma das sobreviventes do conflito, conta que os avós, assim como tantas famílias, venderam tudo que tinham e foram viver em Canudos com os filhos. Zefa costumava reunir a família para lembrar a vida na aldeia sagrada, seu João reproduz o que ouviu:

A fartura no Belo Monte era grande. Os sertanejos iam chegando com dinheiro da venda de seus bens e entregavam ao Conselheiro, guardando apenas a quantia que ele estipulava. O povo, sob orientação do beato, plantava feijão, milho, mandioca, nas margens do Vaza-Barris. (...) O beato distribuía o dinheiro e a comida com doentes, órfãos e aqueles que não tinham nada (...) O povo colhia de tudo, criava cabra e carneiro e ainda tirava madeira. Tinha gente que criava gado e outros curtiam couro<sup>14</sup>.

A abundância não está presente apenas na narrativa dos canudenses. Pode ser encontrada também no registro daqueles que lá chegaram por ocasião do conflito. Manuel Benício, que foi correspondente de guerra para o *Jornal do Comércio*, descreve uma situação bastante similar.

As margens frescas do rio eram cultivadas com plantações de diversos legumes, milhos, feijão, grogotuga, favas, batatas, melancias, gerimuns, melões, canas, etc...

Nos terrenos arenosos viam-se milhares de matombos, grelando o talo tenro das mandiocas e outros com estacas de diversos tamanhos. Pela vizinhança, os pequenos cultores da terra, em Canudos, possuíam sítios, pomares, fazendolas de criação de bode, animais vacuns e cavalares<sup>15</sup>.

Embora a fartura e a melancolia expressa na saudade de tempos que parecem idílicos esteja presente na narrativa dos contemporâneos de Canudos, sabemos hoje que ela não pode ser considerada uma sociedade igualitária na acepção precisa do termo. Havia na aldeia uma forte estratificação social, expressa na diferença de habitações, uma vez que existiam casas de pau a pique e casas caiadas, as chamadas *casas brancas*. Existia uma significativa atividade econômica, que se traduzia em comércio com outras regiões, e comerciantes prósperos como Antônio Vilanova, dono da principal loja da aldeia, que mantinha também uma casa de comércio no Bonfim. Os canudenses forneciam pele de bode

-

<sup>&</sup>lt;sup>14</sup> BARROS. Op. Cit. p.78

Manuel BENÍCIO. O rei dos Jacunços. Chrônica histórica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos em Canudos. Apud. Sérgio Armando Diniz GUERRA. Canudos/ Belo

para as feiras de Juazeiro e Santana e compravam os gêneros que não produziam em localidades próximas. Canudos tinha, ainda, uma cadeia chamada de *poeira*, uma escola onde lecionava a professora Maria Bibiana, que segundo relatos de época, era paga com um salário mensal de dois mil réis. As mulheres teciam as roupas, a bebida alcoólica era proibida, o estupro e a prostituição eram intoleráveis. Não pagavam-se impostos e a terra era de uso comum. Vilanova fazia as vezes de juiz de paz e de banco, e os vales emitidos por sua casa comercial eram aceitos no arraial e nas redondezas. Havia farmacêuticos e curandeiros na aldeia. Sobreviventes como Pedrão e Manoel Ciríaco contaram que saiam habitualmente em busca de recursos, que a esmola teria sido uma fonte de renda para a comunidade, não só para a construção da igreja nova, como para outros fins.

O professor Calasans afirmou que tinha a impressão de que Canudos era um povoado igual a tantos outros da época, onde quem mandava não era o coronel, figura tão conhecida nas práticas de troca de favor e apadrinhamento do interior do Brasil, mas sim o Conselheiro. <sup>16</sup>

Canudos provocou uma escassez de mão de obra na região que mobilizou os fazendeiros e a imprensa, já que algumas propriedades ficaram sem boa parte dos trabalhadores, como registra o *Jornal de Notícias* em 1895:

(...) cidadão recentemente chegado do centro do Estado veio ao nosso escritório hoje, pedir-nos chamemos a atenção das autoridades superiores para os incalculáveis prejuízos que continua a dar o célebre Antônio Conselheiro contra cujo fanatismo deplorável e nocivo tanto há reclamado a imprensa solicitando enérgicas providências.

Ao que nos disse este informante, Antônio Conselheiro tem consigo milhares de pessoas arrancadas ao trabalho agrícola abandonando engenhos, povoados, etc..

Este êxodo já não é de agora. |Noticiamos como um deprimente atestado da falta de providências contra estes fatos. Necessário é, pois, uma medida enérgica.

Antônio Conselheiro, segundo nos informaram está precisamente no lugar Canudos<sup>17</sup>.

E as mesmas queixas se repetem nas páginas de outras edições do jornal:

*Monte: Imagens contando História.* São Paulo, 2005. p.48. Tese de doutorado ( Programa de Estudos Pós-Graduados em História Social)- PUC/ SP.

<sup>16</sup> Cf. Marco Antônio VILLA e José Carlos da Costa PINHEIRO (orgs). Calasans: um depoimento para a História. Salvador: ENEB, 1998. p. 84.

<sup>&</sup>lt;sup>17</sup> Jornal de Notícias, edição de 21 de março de 1895.

O povo em massa abandonava as suas casas e afazeres para acompanhá-lo. A população vivia como se estivesse em êxtase(...) Assim, foi escasseando o trabalho agrícola e é atualmente com suma dificuldade que uma ou outra propriedade funciona, embora sem a precisa regularidade.<sup>18</sup>

O clima era de insatisfação e alarmismo por parte dos coronéis e dos que atuavam a seu serviço. A negociação envolvida na compra de um carregamento de madeira em Juazeiro para a construção da igreja nova no arraial de Canudos foi o pretexto utilizado para o início do conflito. Os homens de Conselheiro seguem para buscar a encomenda, mas o juiz de direito, antigo desafeto do pregador, envia um telegrama ao governador pedindo garantias para a cidade, dizendo recear que ela fosse invadida pelos sertanejos. A temida invasão nunca ocorreu, mas a guerra foi deflagrada. Iniciou-se o ataque à "*Tróia de Taipa dos jagunços*", na comparação expressiva de Euclides da Cunha.

A guerra de Canudos durou quase um ano, de novembro de 1896 a outubro de 1897, contou com a participação de cerca de dez mil soldados vindos de dezessete estados brasileiros e que combateram os homens do Conselheiro em quatro expedições militares. O número aproximado de mortes é de vinte e cinco mil pessoas, entre elas mulheres e crianças. Quase todos os conselheristas foram mortos depois de presos, na prática da "gravata vermelha", como também ficou conhecida a degola.

O conflito foi predominantemente marcado pela tática de guerrilha na qual os sertanejos, numa relação de simbiose com a caatinga, emboscavam os soldados, alvos bastante visíveis com seus uniformes de cores vibrantes e com suas insígnias reluzentes ao sol. Estes, além de desconhecer o terreno pelo qual se moviam, ainda enfrentavam problemas de abastecimento, locomoção e arrastavam armamentos pesados. Desenhava-se uma derrota moral para o exército no alvorecer do novo regime instaurado, precisamente, por esta corporação militar.

Os *rudes patrícios*, como os qualificou Euclides da Cunha, impingiram três derrotas seguidas às expedições militares expondo as fragilidades da força militar responsável pela recente proclamação da República que, até o Governo Campos Salles, vai se caracterizar pela ausência de uma direção precisa,

<sup>&</sup>lt;sup>18</sup> Jornal de Notícias, edição de 4 de março de 1897. APUD Consuelo Novais SAMPAIO.
Repensando Canudos: O Jogo das Oligarquias. IN MELLO. Op.Cit. p.86.

abrigando políticos de tendências diversas e por vezes díspares<sup>20</sup>. O primeiro momento republicano administra tensões internas e externas.

A derrubada da Monarquia deixou, porém, um vazio de poder. (...) Apenas as Forças Armadas poderiam fazer as vezes de partido dotado de estrutura nacional e centralizada, bem como responder pela direção política do país (...) O presidente da República imprimiu à intervenção dos militares uma orientação que geraria sérios conflitos com as oligarquias estaduais.<sup>21</sup>

A nova ordem instituída em 15 de novembro de 1889 tinha que abranger o país como um todo, e a comunidade liderada por Antônio Conselheiro provava que era possível viver a partir de uma outra lógica que não a Republicana. Por isso torna-se uma ameaça.

A palavra sertão vem do aumentativo de deserto, desertão<sup>22</sup>, um deserto que as fronteiras da república precisavam englobar. Já para o sertanejo, espremido pelos latifúndios e castigado pelas constantes secas, talvez fosse um deserto de novos horizontes.

O acesso à terra era difícil. A lei de terras regulamentada em 1895, considerava terras devolutas as que não tinham uso público, as de domínio particular sem título legítimo e posses que não tivessem títulos para legitimá-las. A legislação dificultava o acesso do sertanejo a terra, já que a maioria não tinha títulos capazes de legitimar seu direito de posse. Assim, Belo Monte e a possibilidade do acesso a um pedaço de chão, uma vida diferente, pode ter sido um elemento congregador tão forte quando as prédicas de Conselheiro.

Após a derrota da segunda expedição militar o governo federal organiza a terceira expedição e escolhe o Coronel Moreira César para comanda-lá. Moreira César tinha no seu currículo a atuação vitoriosa na repressão à Revolta Federalista. O chefe militar era conhecido pela alcunha de corta-cabeças, dada sua crueldade para com os inimigos. O Coronel foi morto e o contingente comandado

Margarida de SOUZA NEVES. "Os cenários da república. O Brasil na virada do século XIX para o século XX". IN Jorge FERREIRA e Lucília de Almeida Neves DELGADO (orgs). Brasil Republicano (vol I) O tempo do liberalismo excludente. Da proclamação da república a 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p.13 a 44.

<sup>&</sup>lt;sup>19</sup> CUNHA. Op. Cit. p.240.

<sup>&</sup>lt;sup>21</sup> Marieta de Moraes FERREIRA. A república na velha província. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989.p. 44.

<sup>22</sup> Cf: Maria Elisa Noronha de Sá MADER. O vazio: o sertão no imaginário da colônia nos séculos XVI e XVII, 1995. 104p. Dissertação (mestrado) Departamento de História – Pontificia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

por ele bateu em retirada, com o saldo de 116 mortos e 120 feridos. O episódio configurou-se num desastre de grandes proporções, e, a partir de então, Canudos transforma-se numa catástrofe de dimensão nacional. Nas ruas da Capital Federal e de São Paulo instaura-se o tumulto com empastelamento dos jornais monarquistas como a *Gazeta da Tarde*, cujo proprietário é assassinado. A opinião pública, surpreendida pelos sucessivos fracassos inflingidos ao exército pelos sertanejos, exige a solução do conflito.O Presidente Prudente de Morais, primeiro presidente civil do regime republicano, enfrentava um embate político com um grupo militar liderado por simpatizantes de Floriano Peixoto, que disseminavam que o arraial era um reduto monarquista. Após a morte de Moreira César as críticas ao presidente endurecem ferozmente, uma vez que ele não era capaz de debelar Canudos.

É criada então, em abril, a quarta expedição que reuniu tropas de dezessete estados brasileiros divididas em seis brigadas equipadas com os armamentos mais modernos da época, inclusive canhões alemães de última geração, sob o comando do General Artur Oscar. Passados três meses, ou seja, em julho de 1897 o General Artur Oscar faz um apelo ao Governo Federal para que envie um reforço de 5.000 soldados. Havia, ainda, dificuldades com o abastecimento de mantimentos e munição, os carregamentos eram alvos constantes de emboscadas por parte dos conselheristas bastante familiarizados com os caminhos e a geografia do sertão.

A vitória dos militares sobre os sertanejos só se deu ao cabo da quarta expedição. O então ministro da guerra, Marechal Bittencourt, foi para região do conflito e, lá chegando, *notou que era preciso vencer o deserto, não o jagunço*<sup>23</sup>. Assim, montou uma rede capaz de abastecer as tropas de gêneros alimentícios e de munição, ainda nas palavras de Euclides, *mil burros mansos valiam na emergência por dez mil heróis(...)*<sup>24</sup>.

Em 5 de outubro de 1897 terminava a resistência dos últimos sertanejos de Belo Monte, que Euclides diz terem sido apenas quatro. Canudos estava completamente destruída, as casas haviam sido queimadas e a elite política,

<sup>&</sup>lt;sup>23</sup> CUNHA.Op.Cit. Apud: Arturo Gouveia de ARAÚJO. "O homem de 20 de janeiro". In: Rinaldo de FERNANDES (org). O Clarim e a oração. Cem anos de Os Sertões. São Paulo: Geração Editorial, 2002. p.26

<sup>&</sup>lt;sup>24</sup> CUNHA. Op. Cit. p. 27.

acadêmica e militar se congratulava pela completa destruição de Canudos, *negro* reduto do fanatismo <sup>25</sup>.

Não há relatar o que houve a 3 e a 4.

A luta, que viera perdendo dia a dia o caráter militar, degenerou, ao cabo, inteiramente. Foram-se os últimos traços de um formalismo inútil: deliberações de comando, movimentos combinados, distribuições de forças, os mesmos toques de cornetas, e por fim a própria hierarquia, já materialmente extinta num exército sem distintivos e sem fardas.

Sabia-se uma coisa única: os jagunços não poderiam resistir por muitas horas.

(...) Canudos não se rendeu. Exemplo único em toda a história, resistiu até ao esgotamento completo. Expugnado palmo a palmo, na precisão integral do termo, caiu no dia 5, ao entardecer, quando caíram os seus últimos defensores, que todos morreram. Eram quatro apenas: um velho, dois homens feitos e uma criança, na frente dos quais rugiam raivosamente cinco mil soldados.<sup>26</sup>

Nas palavras do presidente Prudente de Moraes, em *Canudos não ficará* pedra sobre pedra.<sup>27</sup> E realmente não ficou. Fávila Nunes, correspondente do jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, escreveu três dias após o último combate:

Pretendo seguir hoje para Monte Santo, porque a permanência aqui é insuportável, em vista da situação de Canudos, transformado em vastíssimo cemitério com milhares de cadáveres sepultados, outros milhares apenas cobertos de terra e, o pior de tudo, outros milhares completamente insepultos. Não se pode dar um passo sem tropeçar em uma perna, um braço, um crânio, um corpo inteiro, outro mutilado, um monte de cadáveres, aqui meio queimados, outro ali ainda fumaçado, outros adiante completamente putrefatos, disformes, e no meio de tudo, o incêndio, uma atmosfera cálida e impregnada de miasmas pútridos. Por toda a parte o cheiro horripilante de carne humana assada nos braseiros das casas incendiadas, cinco mil e duzentas casas em labaredas!<sup>28</sup>

As palavras de Fávila Nunes encontram eco no comentário de um sertanejo sobrevivente, José Travessia:

Tudo que está ali adiante é um cemitério vivo. Um padre, 3 anos depois da luta, dizia que aquilo deveria ser cercado, fechado e colocada uma cruz na porta. Canudos é um verdadeiro cemitério. Cavou dá osso de defunto<sup>29</sup>

<sup>&</sup>lt;sup>25</sup> Lelis PIEDADE. Histórico e Relatório do Comitê Patriótico da Bahia (1897-1901). Antônio OLAVO (org) Salvador: Portfolium, 2002. 2ed. p.32.

<sup>&</sup>lt;sup>26</sup> CUNHA, Op. Cit. p. 755a 756.

<sup>&</sup>lt;sup>27</sup> PIEDADE, Op. Cit.p.17.

<sup>&</sup>lt;sup>28</sup> Idem. Ibidem p.17.

Antônio Conselheiro morreu em vinte e dois de setembro, antes do desfecho da guerra. Conselheiro é um personagem forjado por contrastes, marcado por visões que o desenham de forma antagônica. Euclides afirma em *Os Sertões* que ele entrou para história, como poderia ter entrado para o hospício<sup>30</sup>. Afirma ainda, que o beato era um *grande homem pelo avesso*, um *documento raro de atavismo*<sup>31</sup>, sua descrição de Conselheiro vai num crescendo de adjetivos negativos que culminam no capítulo intitulado *Como se faz um monstro*:

(...) E surgia na Bahia o anacoreta sombrio, cabelos crescidos até os ombros, barba inculta e longa; face escaveirada; olhar fulgurante; monstruoso, dentro de um hábito azul de brim americano; abordoado ao clássico bastão, em que se apóia o passo tardo dos peregrinos....<sup>32</sup>

Já o coronel Dantas Barreto, igualmente presente no cenário da guerra, nos descreve um homem que em nada lembra um monstro:

Sua palavra de pregador é insinuante, persuasiva, tocante e calorosa(...). O Exército Brasileiro não se bateu contra nenhum idiota, em Canudos, mas contra um místico de inteligência superior, capaz de levar seu povo a uma guerra total<sup>33</sup>.

Os moradores remanescentes da aldeia sagrada, aqueles que conviveram cotidianamente com o peregrino, que se uniram a ele na construção de Belo Monte, têm usualmente uma visão convergente que ressalta as qualidades de seu líder. Maria Avelina da Silva assim o descreve: O Bom Jesus foi um santo homem que somente aconselhava para o bem. Nunca fez mal a ninguém. E Francisca Guilhermina dos Santos, que tinha 15 anos quando o cerco apertou parece ecoar suas palavras: Conselheiro(....) só dava conselhos bons. No mesmo tom, Manoel Ciríaco o descreve como Homem bom e respeitador. Mulher para ele era para se respeitar e muito. E Maria Guilhermina de Jesus afirma: nasci e me criei dentro de Canudos, onde fiquei até o fim da luta. (...) Lembro-me bem de Antônio Conselheiro, homem muito bom e não havia ninguém que não gostasse dele. O sobrevivente Velho Mariano, que tinha 50 anos na época da guerra, conclui: Só

30 Cf.CUNHA. Op Cit. p. 200.

<sup>&</sup>lt;sup>29</sup> Idem. Ibidem p.18.

<sup>&</sup>lt;sup>31</sup> Idem.Ibidem p.201-203.

<sup>&</sup>lt;sup>32</sup> Idem. Ibidem p.215.

<sup>&</sup>lt;sup>33</sup> MELLO. Op. Cit. p. 83.

podia ser um santo homem. Não mandava matar, não mandava mentir, não mandava furtar. Só levava para o bem<sup>34</sup>.

Conselheiro parece viver assim no imaginário popular, na tênue fronteira onde se confunde o homem e o mito. Como todo bom personagem mítico, sua morte é pontuada por passagens nebulosas. Não se sabe a causa real de sua morte, pois não foi realizada a necropsia. Uns falam em caminheira, nome dado a disenteria, outros em ferimento por estilhaços de guerra, há também os que defendem a versão da morte natural, e ainda aqueles, como Rufino, filho de Pedrão<sup>35</sup>, que afirmam simplesmente que *Conselheiro anoiteceu e não amanheceu* tornou-se encantado<sup>36</sup>. Após a tomada do arraial, oficiais do exército desenterraram o cadáver, fotografaram e decapitaram o corpo, a cabeça foi enviada para a Faculdade de Medicina da Bahia para análise do crânio e do cérebro. Anos depois, Pedrão, um dos homens de Conselheiro, afirmou que o cadáver desenterrado no santuário era o de Quadrado, o médico informal de Belo Monte. Segundo ele, Conselheiro teria sido enterrado atrás da Igreja Nova. Pedrão afirmou ainda que Adalgisa, filha de Quadrado, sobrevivente do massacre, assistiu a decapitação do cadáver do pai que os oficiais acreditavam ser o do beato. Surpreendido pelas informações, o interlocutor de Pedrão foi ao Pará em busca de Adalgisa. Lá chegando, obteve a confirmação para a história contada por Pedrão<sup>37</sup>. Se esta versão é verídica, não há como afirmar, mas ela transformaria para nós, Antônio Conselheiro num enigmático homem sem rosto e reforçaria o mito. Conselheiro não teria caído nas mãos do exército nem depois de morto.

O país precisava de uma explicação para o fato de existirem sertanejos capazes de derrotar por três vezes o exército brasileiro; capazes de resistir à fome, à sede, ao longo cerco de mais de três meses dos soldados. O positivismo científico em voga na época esperava poder encontrar através de alguma anomalia ou deformidade no crânio de Conselheiro a esperada explicação. Como aquele beato, que mais do que construir Canudos tornou-se o articulador de uma

<sup>&</sup>lt;sup>34</sup> TAVARES. Op. Cit. p. 39 a 51.

Pedrão: (1869-1958) um dos homens da guarda católica de Conselheiro, figura de destaque dentro do arraial. Segundo seu depoimento, deu sepultura ao Coronel Moreira César, desmentindo a versão que o corpo fora queimado. Depois da guerra, andou por vários lugares do nordeste, mas foi enterrado em Nova Canudos. Seu corpo foi o primeiro a ser sepultado no cemitério local.

<sup>&</sup>lt;sup>36</sup>Cf. Antônio OLAVO In. Sobreviventes. Direção: Paulo Fontenelle.200. DVD (106 mim.), som,cor.Documentário.

<sup>&</sup>lt;sup>37</sup> Cf. VILLA. Op. Cit. p. 218.

sociedade que operou com uma outra ordem, com uma outra lógica, foi capaz de mobilizar centenas de pessoas que lutaram até a morte por ela? A *anomalia* buscada com empenho pela ciência provaria que ele não passava de um fanático, de um doente e justificaria o massacre. No entanto, o laudo do médico legista Nina Rodrigues é suscito: - É, pois, um crânio normal.<sup>38</sup>

Canudos foi também à primeira guerra brasileira a ter presentes nos campos de batalha correspondentes dos mais importantes jornais do país, principalmente após a morte do Coronel Moreira César na terceira expedição militar. Ao local do conflito foram enviados repórteres dos principais jornais da época, o *Jornal do Comércio, A Notícia, O País, Gazeta de Notícias, O Jornal do Brasil, O República, O Diário de Notícias, Jornal de Notícias, O Estado de São Paulo,* entre outros. Ao todo, doze periódicos enviaram correspondentes para Canudos. A imprensa começava a modernizar-se e a cobertura no local da guerra tornou-se possível graças à instalação de linhas telegráficas<sup>39</sup>. Só na Bahia, entre 1811 e 1899, existiam cerca de setenta periódicos. O jornal *O País,* do Rio de Janeiro se declara, nesta época, o jornal de maior circulação da América Latina e dedica centenas de páginas à cobertura da guerra.

Canudos, nesta fase de desenvolvimento da imprensa moderna no Brasil e de consolidação da república, recebeu os mais diversos tratamentos, dependendo da linha editorial de cada jornal. Algumas coberturas foram sensacionalistas, outras ponderadas. Foi também objeto de sátira política em determinados veículos, e até eficaz apelo de venda para um bilhete de loteria batizado de *Conselheiro*. <sup>40</sup> O conflito no interior do sertão aumentou a vendagem dos jornais. O número do *Estado De São Paulo* do dia 8 de março, que trazia a matéria sobre a morte do Coronel Moreira César, atingiu a marca de 18.422 exemplares <sup>41</sup>.

Euclides da Cunha foi correspondente de guerra para o jornal *O Estado de São Paulo*. Foi convidado para esta função depois de publicar um artigo no mesmo jornal, intitulado *A Nossa Vendéia*, no qual comparava os seguidores de Antônio Conselheiro aos rebeldes franceses. Euclides comentava ainda a derrota da terceira expedição militar e a morte do Coronel Moreira César, mas reafirmava sua convicção na vitória do exército.

.

<sup>&</sup>lt;sup>38</sup> Nina RODRIGUES. *As coletividades anormais*. APUD MELLO. Op.Cit. p.237. <sup>39</sup> Cf. CARVALHO; SANTANA (org)

<sup>&</sup>lt;sup>40</sup> Cf .Walnice NOGUEIRA GALVÃO. *No calor da hora*. São Paulo: Ática, 1994.

Euclides esteve em Canudos de agosto a outubro de 1897 presenciando, assim, quase três semanas de guerra e, neste período, enviou cerca de 57 telegramas à redação do jornal comentando o conflito. As informações enviadas através do telégrafo pelos correspondentes aos seus jornais eram supervisionadas pelo exército, ou seja, existia censura com relação ao que era ou não conveniente que fosse divulgado. Apenas o material enviado pelo correio conseguia escapar da censura militar. O resultado mais evidente disto foi o silêncio de boa parte da imprensa a respeito das atrocidades cometidas em Canudos. Alguns jornalistas, como Fávila Nunes, da *Gazeta de Notícias*, do Rio; Lelis Piedade, do *Jornal de Notícias*, da Bahia e Afonso Arinos, do *Jornal do Comércio* de São Paulo chegaram a denunciar a violência das tropas e a degola dos prisioneiros. Manuel Benício, do *Jornal do Comércio*, do Rio, chegou a ser expulso de Canudos por suas críticas e denúncias.

Euclides deixou Canudos na manhã de 3 de outubro, ou seja, dois dias antes do fim da guerra. Ao todo, esteve por 18 dias no palco do conflito. Saiu doente, acometido por acessos de febre. Não chegou a presenciar a queda final da aldeia sagrada do Conselheiro, ainda que a descreva em seu livro clássico<sup>42</sup>.

Em dois de dezembro 1902, ou seja, cinco anos após o fim da guerra, o antigo repórter de guerra lança *Os Sertões*. Muitos livros já haviam sido publicados por outras testemunhas oculares, mas, apesar disso, o relato de Euclides se consagra como um texto-monumento, referência obrigatória para os contemporâneos e para os que, no futuro, viriam a pesquisar sobre o episódio de Canudos. O sucesso foi imediato, *Os Sertões* teve três edições em apenas três anos, sendo a de 1905 a última a contar com a participação do autor. A obra caiu em domínio público em 1968 e somava até aquele momento mais de vinte e três edições<sup>43</sup>. Calcula-se que o livro tenha originado cerca de dez mil trabalhos a seu respeito<sup>44</sup>. Algumas imagens construídas por Euclides como, por exemplo, a do sertanejo, se notabilizaram e acabaram por ser incorporadas ao imaginário que é patrimônio comum dos brasileiros:

O sertanejo é, antes de tudo, um forte. Não tem o raquitismo exaustivo dos mestiços do litoral.

<sup>&</sup>lt;sup>41</sup> Cf. CARVALHO; SANTANA (orgs.)

<sup>&</sup>lt;sup>42</sup> Cf.CARVALHO; SANTANA (org.)

<sup>43</sup> Idem.Ibidem

<sup>44 &</sup>lt; http://www.casaeucliana.org.br. htm >. Acesso em: 14 nov.2004.

A sua aparência, entretanto, ao primeiro lance de vista, revela o contrário. Falta-lhe a plástica impecável, o desempenho, a estrutura corretíssima das organizações atléticas. É desgracioso, desengonçado, torto. Hércules-Quasímodo reflete no aspecto a fealdade típica dos fracos. <sup>45</sup>

O autor qualifica *Os Sertões* de livro vingador, assume sua culpa pela omissão quando atuou como correspondente, afirma que a campanha militar foi um crime e critica a hipótese de uma conspiração monárquica que havia sido usada para justificar a guerra<sup>46</sup>.

A hipótese de que Canudos tivesse tido apoio monárquico para a derrubada da República e a volta do regime imperial já tinha sido denunciada como inverdade, anos antes da publicação de *Os Sertões*, por alguns dos presentes ao campo de batalha, como o jornalista Fávila Nunes:

O Paiz publicou ontem subordinada a este título, uma carta do meu ilustre amigo general Carlos Eugênio e um telegrama do também meu velho amigo General Arthur Oscar afirmando um e outro dos ilustres generais que a guerra de Canudos tinha intuitos monárquicos.

Eu também pensei isso enquanto Canudos não caiu em nosso poder, mas em 5 de outubro me convenci do contrário visto que ninguém encontrou o menor indício de proteção por parte de supostos inimigos da república. Uma população enorme, acumulada em seis mil ranchos não tinha uma cadeira, uma mesa, uma só cama.

Os combatentes não souberam utilizar-se de quatro canhões Krupp 7,5 e não sabiam fazer uso da alça de mira das carabinas que nos tomaram nas expedições anteriores. Viviam na mais absoluta miséria e morreram de fome e sede, sem ter ao menos quem lhes fizesse um curativo nos ferimentos mais graves! Em que consistia então essa imaginária proteção monárquica?

Animado pelo venerado presidente da república, vou escrever a verdadeira história de Canudos. As causas da guerra e dos nossos desastres são outras, que ninguém quer dizer, mas que eu direi, porque sou obrigado a dizer a verdade, como testemunha ocular<sup>47</sup>.

Além dos jornalistas, é enviado também o fotógrafo Flávio de Barros, contratado pelo Exército Brasileiro para documentar a guerra. A participação de Flávio de Barros é de extrema importância para o trabalho dos historiadores e estudiosos de Canudos, pois dos prisioneiros que aparecem em suas fotos só se tem notícia através de sua lente, e, certamente, a maioria deles acabou degolada.

<sup>46</sup> CARVALHO; SANTANA (orgs.), Op. Cit p. 175

<sup>&</sup>lt;sup>45</sup> CUNHA, Op. Cit .p.157.

<sup>&</sup>lt;sup>47</sup> Jornal *Gazeta de Notícias*, edição de 01 de janeiro de 1898.

O Próprio Marechal Carlos Machado Bittencourt, ao receber jagunços feitos prisioneiros em Monte Santo, enviou ao General Artur Oscar um recado afirmando que ele não tinha onde guardar prisioneiros<sup>48</sup>. Há vários relatos que narram o extermínio indiscriminado de prisioneiros. Assim as fotos convertem-se, no mais das vezes, no único e último registro sobre aquelas pessoas.

Terminada a guerra, houve a preocupação por parte das autoridades envolvidas em apagar qualquer vestígio de Canudos. O fim deveria ser exemplar, para que não proliferassem experiências desafiadoras da ordem estabelecida, como havia sido Belo Monte. Segundo Aristides Milton, na derrota de Canudos

A preocupação dos generais era não deixar uma parede em meio, uma viga intacta. Quiseram que ali se plantasse a solidão e a morte. 49

No entanto, havia um vestígio que não podia ser apagado: as crianças. Seriam centenas, talvez milhares delas, não se pode precisar, que com o fim da guerra tinham se tornado órfãs. Foram convertidas em butim de guerra, expressão trágica e argumento contundente para as contradições de um tempo que, para a maioria de seus contemporâneos, era um tempo de otimismo.

A história de Canudos durante muito tempo foi monopólio dos vencedores que registraram sua versão. Os relatos eram de médicos, oficiais e jornalistas que sobreviveram ao campo de batalha, mesmo que estas obras trouxessem, aqui e ali, denúncias sobre os excessos cometidos pelo exército e desmentidos sobre o suposto apoio da monarquia a Canudos, ainda assim, predominou durante muito tempo a visão do sertanejo como um atrasado e do Conselheiro como um fanático. Os sobreviventes calaram-se.

O professor José Calasans divide a historiografia canudense em três períodos distintos. O primeiro vai de 1874, época do aparecimento do Conselheiro nos sertões da Bahia, até a primeira edição da obra de Euclides, em 1902. O segundo período é marcado pela força de *Os Sertões*. Já o terceiro período inicia-se nos anos 50 e seria aquele que revisa a produção existente e que traz à cena os primeiros depoimentos dos sobreviventes.

<sup>&</sup>lt;sup>48</sup> Lélis PIEDADE, Op. Cit. p.15.

<sup>&</sup>lt;sup>49</sup> Aristides Augusto MILTON. A Campanha de Canudos. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1979 APUD. PIEDADE. Op. Cit. p. 17.

Em 1947, Odorico Tavares realiza as primeiras entrevistas com os *sobreviventes*, que são publicadas pela Revista *O Cruzeiro*, acompanhadas de um belo ensaio fotográfico de Pierre Verger sobre Canudos. Ainda segundo Calasans, depois de Euclides, Canudos se tornou conhecida graças ao Livro de Rui Facó, publicado em 1964, *Cangaceiros e Fanáticos*<sup>50</sup>. Em 1977 Walnice Galvão analisa os jornais de época, em seu livro *No Calor da Hora*<sup>51</sup>. Em 1978 Edmundo Moniz lança *Canudos: Uma Guerra Social*<sup>52</sup>, livro no qual aponta para os problemas políticos tanto regionais quanto federais que contribuíram para o desencadeamento da guerra e que haviam sido silenciados por Euclides. A pesar dos depoimentos registrados por Odorico Tavares nos anos 40, o medo e, conseqüentemente, o silêncio da maioria dos sobreviventes permaneceu até bem pouco tempo. José Alôncio, bisneto de Serafim, que lutou ao lado de Pageú relata que:

Até meus 13 anos (1977), eles (seus avós) não passaram a história de Canudos porque ninguém conhecia, ninguém falava. Era negócio meio proibido. Falar de Canudos, falar da guerra, de Conselheiro era contravenção. Pôxa, negócio que Antônio Conselheiro era o pior mal da terra; era considerado comunista, sectário, ou então fanático religioso. E então era proibido falar dele. (...)<sup>53</sup>

De lá pra cá, muitas foram as obras e as tentativas de dar conta da experiência vivida pelos conselheristas, assim como muitos foram os rótulos dados ao movimento: movimento messiânico, experiência socialista, luta pela terra, movimento precursor das lutas pela reforma agrária, luta de classes, movimento fundamentalmente religioso. Na década de 80 religiosos ligados à Teologia da Libertação começaram a elaborar um discurso militante que propunha Canudos como um exemplo de resistência dos oprimidos frente aos opressores<sup>54</sup>.

O centenário da guerra e, posteriormente, a comemoração dos cem anos de publicação de *Os Sertões* abrem espaço para uma grande quantidade de publicações e discussões que procuram analisar Canudos por um viés pluralista e trazem à cena um número maior de relatos de sobreviventes, ao fazer uso dos mais

<sup>&</sup>lt;sup>50</sup> Rui FACÓ. *Cangaceiros e Fanáticos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira,1964.

<sup>&</sup>lt;sup>51</sup> Walnice GALVÃO. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*.São Paulo: Ática, 1994, 3ed.

<sup>&</sup>lt;sup>52</sup> Edmundo MONIZ. *Canudos: uma guerra social*. Rio de Janeiro: Elo Editora, 1987, 2ed.

<sup>&</sup>lt;sup>53</sup> José Roberval Freire da SILVA, Migrantes Canudenses em São Paulo: a memória num contexto de discriminação. In: <a href="http://www.portifolium.com.br.htm">http://www.portifolium.com.br.htm</a>. Acesso em 21 mar. 2006.

Mário MAESTRI, Canudos: história e historiografia. (mimeo), 1997. Apud: FREIRE DA SILVA Op.Cit.

variados suportes. Há uma evidente preocupação em dar voz àqueles que, durante tanto tempo, se mantiveram à margem dos relatos.

Do ponto de vista historiográfico, percebe-se uma mudança de paradigma, que conduz à uma historiografia de ênfase interdisciplinar, em diálogo com outras áreas do conhecimento tais como a antropologia, a lingüística, a psicologia, a sociologia para enriquecer o foco dos estudos e pesquisas em história. Ainda assim, pouco se sabe hoje sobre o destino das crianças transformadas em butim de guerra, entregues em Canudos a soldados e oficiais e distribuídas pelo país.

Os rostos destas crianças, que a câmara fotográfica de Flávio de Barros registrou nas margens de suas fotos de guerra e reuniu na impressionante fotografia dos prisioneiros de guerra, ainda continuam a interrogar os historiadores de hoje.

E a questão proposta por José Calasans, talvez o historiador que reuniu o maior número de documentos sobre a guerra de Canudos e seus sobreviventes, continua sem resposta: *Qual teria sido, depois de 1908, o destino do jaguncinho* (de Euclides) que se fez professor primário em São Paulo<sup>55</sup>?

.

<sup>&</sup>lt;sup>55</sup> José CALASANS. *Quase Biografias de Jagunços – o séqüito de Antônio Conselheiro.Salvador:* Centro de Estudos Baianos da UFBA, 1986. p.91.